New Trends in Qualitative Research

BY-NC-ND

VOLUME **21** | Nº **1**

DOI:
https://doi.org/10.36367/ntqr.21.1.2025.e1219

Emilio Ladislau

Sara Diogo

Teresa Carvalho

Data de submissão: Março, 2024
Data de avaliação: Novembro, 2024
Data de publicação: Fevereiro, 2025

CONTROVÉRSIA SOBRE A FUGA DE CÉREBROS EM ANGOLA – AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS?

RESUMO

O investimento na qualificação dos recursos humanos é reconhecido como fundamental para promover o desenvolvimento económico e social dos diversos países, particularmente dos que se encontram em vias de desenvolvimento. Neste sentido, é comum que os diferentes Estados financiem diretamente os seus estudantes, através de bolsas de estudo, para melhorarem as suas qualificações noutros países. O principal intuito é que regressem ao seu país, aumentando o nível de qualificações da população, retribuindo o investimento público realizado. Não obstante, verifica-se, muitas vezes, que estes graduados não voltam ao seu país, fenómeno conhecido como fuga de cérebros. Esta investigação centra-se num estudo de caso que analisa o modo como os estudantes angolanos em cursos de pós-graduação em Portugal se posicionam face ao fenómeno da fuga de cérebros. Mais especificamente, procuramos compreender que razões levaram os estudantes a vir estudar para Portugal, que desafios encontraram e que perspetivas têm em relação ao seu regresso. O estudo assenta maioritariamente numa perspetiva qualitativa, em que a técnica de recolha de dados é a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados 52 estudantes de mestrado e doutoramento angolanos, inscritos em diferentes universidades de Portugal. A análise de conteúdo foi feita com recurso ao software webQDA. Os dados preliminares permitem-nos concluir que há tendências de fuga de cérebros em Angola, sendo diversos os motivos para o não regresso: a fragilidade dos sistemas de ensino e saúde angolanos, a desvalorização dos quadros, a ausência de oportunidade de trabalho, custo de vida muito elevado, corrupção, e ausência de meritocracia. Apesar da importância que o circunda, este fenómeno de mobilidade e fuga de cérebros angolanos, não é ainda objeto de atenção por parte de vários atores sociais e políticos que integram a sociedade angolana.

Palavras-Chave
Angola; Mobilidade académica internacional; Ensino Superior; Portugal; Políticas Públicas.

CONTROVERSY OVER BRAIN DRAIN IN ANGOLA – LACK OF PUBLIC POLICIES?

Abstract
Investing in the qualification of human resources is acknoledged as essential to promote countries' economic and social development, particularly those in the developing world. It is therefore a common practice for different States to directly finance their students, through scholarships for example, to improve their qualifications in other countries, to ensure then that they return to their country, increasing the level of qualifications of the population and repaying the public investment made. However, it is often found that these graduates do not return to their country, a phenomenon known as brain drain. This research grounds on a case study that analyses how Angolan students in postgraduate courses in Portugal position themselves in relation to brain drain. More specifically, we seek to understand the reasons why students chose Portugal to study, what challenges they encountered and what perspectives they hold regarding their return. The study is based mainly on a qualitative perspective, in which the data collection grounds on semi-structured interviews. Fifty-two Angolan master's and doctoral students enrolled in different universities in Portugal were interviewed. We applied content analysis using webQDA software. Preliminary findings allow us to conclude that there are trends of brain drain in Angola, with several reasons for the non-return, namely the fragility of the Angolan education and health systems, the devaluation of professional staff, the lack of job opportunities, the very high cost of living, corruption, and the lack of meritocracy. Despite the importance and controversy contextualizing the topic, this phenomenon of mobility and brain drain of Angolans is still not the object of attention on the part of several social and political actors that constitute the Angolan society.

Keywords
Angola; International academic mobility; Higher education system; Portugal; Brain drain; Public policies.

1. Introdução

Desde o início da década de 1960 que o termo *brain drain* tem sido usado para abordar a fuga de cientistas da Europa para os Estados Unidos. Com o decorrer do tempo, este conceito passou a ser aplicado a todos os movimentos de capital humano educado em que o fluxo de mobilidade é claramente desequilibrado numa direção (Salt, 1997). Porém, a partir dos anos 1970, percebeu-se que a fuga de cérebros dos países em desenvolvimento era muito maior do que na Europa e, consequentemente, o foco dos interesses de investigação mudou para o terceiro mundo (Peixoto, 1999).

O processo da emigração em Angola está relacionado com a história política do país, assinalada por longos períodos de conflitos armados. A história da emigração em Angola pode ser vista através de três fases ininterruptas, que vão desde a década de 60 até ao ano de 2001 (Januário, 2007).

De acordo com Januário (2007), a primeira fase ocorre no período de 1960 a 1974 e caracteriza-se por fluxos estruturados de grupos de famílias, maioritariamente localizados nas linhas fronteiras do Norte e Leste, em direção, à República do Congo-Brazaville, República Democrática Congo (ex-Zaire), República da Zâmbia, Namíbia e Botswana. Nestes fluxos combinam-se as componentes laborais e de refugiados, em resultado da depressão a que as populações angolanas estavam sujeitas por parte do regime colonial português. A segunda fase vai de 1975 e alarga-se até 1991. Aqui, a mobilidade coincide com fatores relacionados com o processo de descolonização, com o desenvolvimento da guerra civil e de agressão a partir dos países vizinhos. Esta fase, segundo Januário (2007) corresponde à etapa de emigração da população angolana que teve maior impacte na vida socioeconómica do país (Januário, 2007).

Segundo Januário (2007), a terceira fase deste processo emigratório dos angolanos sucede entre 1992 a 2001, no período pós-eleitoral. Foi a fase de maior fuga de angolanos, quer seja a nível interno, quer a nível externo, devido à importância dos contextos vivido, designadamente a guerra em todo território nacional. Neste período, ao contrário das outras fases, a guerra ocorreu em todas as cidades e vilas – muitas famílias foram desestruturadas e, até hoje, ainda existem pessoas que procuram familiares desaparecidos daquela época – com a consequente destruição de infraestruturas, além de perda de vidas humanas (Agualusa, 2023).

Pode ser acrescentada uma quarta fase à história da emigração em Angola, que vai de 2014 até aos dias de hoje. Esta fase é caraterizada pelo fluxo estruturado de estudantes do ensino superior (ES) – pessoas que saíram e continuam a abandonar o país (essencialmente) com visto de estudante e que permanecem nos países de acolhimento, nomeadamente, África do Sul, Brasil, Portugal, França, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos e outros.

Nesta fase é também percetível a saída de médicos, professores, gestores públicos, engenheiros e políticos, em consequência da crise económica e financeira que o país enfrenta, devido ao baixo preço de petróleo no mercado internacional e consequente depreciação da moeda (Kwanza), que agravou as condições de vida dos angolanos (Ladislau, 2019).

Entre os principais motivos que determinaram a mobilidade em massa da população angolana a nível nacional e internacional destacam-se fundamentalmente o quadro económico, social (má distribuição de riqueza, disparidade de oportunidade de emprego e realização social) e político (défice de democracia, e ausência de direito de reunião e manifestação e perseguições políticas) (Ladislau, 2019; Januário, 2007).

2. Metodologia

O trabalho aqui apresentado resulta da investigação do programa doutoral em Políticas Públicas, e que foca mais especificamente, as políticas do Ensino Superior e Ciência.

Tendo em consideração os objetivos definidos, a metodologia que se apresenta como mais adequada é centrada numa abordagem qualitativa por ser a que melhor nos permite compreender a realidade. O alvo do estudo é a diáspora angolana qualificada em Portugal, circunscrita aos estudantes de mestrado e de doutoramento angolanos residentes em Portugal.

A seleção de Portugal como estudo de caso resulta tanto da sua relevância para o contexto angolano (constituindo o segundo destino mais popular para os estudantes angolanos, depois de Cuba), como para o contexto português. Na realidade, de acordo com os dados da DGEEC (2022, a nacionalidade angolana corresponde à terceira dominante em termos de alunos estrangeiros no país, com 4.214 alunos inscritos no ano letivo 2019-2020, representando 6,7% do total de alunos estrangeiros no ES.

Utilizamos como técnica principal de recolha de dados a entrevista semiestruturada, pois permite-nos “aceder à forma como os participantes observam determinado tipo de fenómeno, o que sentem e pensam sobre ele” (Resende, 2016, p. 5). A análise de dados é feita através da análise de conteúdo por ser a mais adequada para interpretar este tipo de dados (Bardin,1997, p. 170).

A seleção dos entrevistados é efetuada através de uma amostragem em bola de neve, selecionando-se os primeiros entrevistados através de contactos em redes de estudantes angolanos em diversas universidades portuguesas, bem como associações de estudantes espalhadas em Portugal.

Foram materializadas 52 entrevistas. O número de entrevistas é ditado pela saturação do discurso, em que procuramos um número que integrasse a diversidade da população (em termos de género, instituição de ES e áreas científicas de estudo), conforme é perceptível na tabela 1.

Tabela 1. Caracterização geral dos entrevistados.

Nº	Sexo	Idade	Nível Académico	Estado Civil	Área Científica	Instituição de Ensino	Ano de estadia em Portugal
E1	F	35	Doutorando	Casado	Ciências Sociais	Universidade Pública	2
E2	M	33	Doutorando	Solteira	Ciências Sociais	Universidade Pública	2
E3	F	28	Mestrando	Solteira	Ciências Exatas e Naturais	Universidade Pública	1
E4	F	26	Mestrando	Solteira	Ciências Sociais	Universidade Pública	10
E5	M	33	Doutorando	União de Facto	Humanidades	Universidade Pública	6
E6	F	32	Mestranda	Solteira	Ciências Médicas e da Saúde	Universidade Privada	5
E7	F	28	Mestrando	Solteira	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	1
E8	M	27	Mestrando	Solteiro	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	1
E9	F	25	Mestranda	Solteira	Ciências Sociais	Universidade Pública	1
E10	M	32	Doutorando	Casado	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	3
E11	F	36	Doutoranda	Casada	Ciências Sociais	Universidade Pública	5
E12	F	25	Mestranda	Solteira	Ciências Socias	Universidade Privada	11
E13	M	27	Mestrando	Solteiro	Humanidades	Universidade privada	4
E14	M	34	Mestrando	Casado	Ciências Exatas e Naturais	Universidade Pública	1
E15	M	26	Mestrando	Solteiro	Ciências Exatas e Naturais	Universidade Pública	1
E16	M	26	Mestrando	Solteiro	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	2
E17	M	36	Mestrando	Casado	Ciências Exatas e Naturais	Universidade Pública	1
E18	M	31	Mestrando	Solteira	Ciências Exatas e Naturais	Universidade Pública	1
E19	F	22	Mestrando	Solteira	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Privada	4
E20	M	29	Mestrando	Solteiro	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	2
E21	M	27	Mestrando	Solteiro	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	2
E22	M	38	Doutorando	Casado	Ciências Socias	Universidade Pública	3
E23	F	25	Mestranda	Solteira	Ciências Socias	Universidade Pública	11
E24	M	50	Doutorando	Casado	Humanidades	Universidade Pública	2
E25	M	41	Doutorando	Casado	Humanidades	Universidade Pública	5
E26	F	29	Mestranda	Casada	Ciências Socias	Universidade Pública	1
E27	M	26	Mestrando	Solteiro	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	2
E28	M	30	Doutorando	Casado	Ciências Sociais	Universidade Pública	2
E29	F	28	Doutorando	Solteira	Ciências Sociais	Universidade Pública	1
E30	M	29	Doutorando	Solteiro	Ciências Sociais	Universidade Pública	5
E31	M	35	Doutorando	Casado	Ciências Sociais	Universidade Pública	12
E32	M	29	Doutorando	Solteiro	Ciências Sociais	Universidade Pública	3
E33	M	34	Mestrando	Casado	Ciências Socias	Universidade Pública	2

Nº	Sexo	Idade	Nível Académico	Estado Civil	Área Científica	Instituição de Ensino	Ano de estadia em Portugal
E34	M	47	Doutorando	Casado	Ciências Sociais	Universidade Pública	10
E35	M	40	Doutorando	Casado	Ciências Socias	Universidade Pública	1
E36	F	29	Mestranda	Solteira	Ciências Sociais	Universidade Pública	1
E37	F	28	Mestrando	Solteira	Ciências Sociais	Universidade Pública	2
E38	M	33	Doutorando	Casado	Ciências Socias	Universidade Pública	2
E39	M	31	Doutorando	União de Facto	Ciências Sociais	Universidade Pública	1
E40	F	40	Mestranda	Casada	Ciências Sociais	Universidade Pública	1
E41	F	33	Doutorando	Solteiro	Ciências Agrárias	Universidade Pública	4
E42	M	30	Doutorando	Casado	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	10
E43	F	31	Mestranda	Casada	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	1
E44	M	30	Mestrando	Solteiro	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	10
E45	M	40	Doutorando	Casado	Ciências socias	Universidade Pública	6
E46	M	33	Mestrando	Casado	Ciências da engenharia e tecnologias	Universidade Pública	2
E47	M	35	Doutorando	Casado	Humanidades	Universidade Pública	1
E48	M	38	Doutorando	Casado	Ciências Sociais	Universidade Pública	2
E49	F	35	Mestranda	Casada	Ciências Sociais	Universidade Pública	1
E50	M	38	Doutorando	Casado	Ciências Sociais	Universidade Pública	2
E51	M	30	Mestrando	Solteiro	Ciências Sociais	Universidade Pública	1
E52	M	37	Mestrando	Casado	Ciências Socias	Universidade Pública	2

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, mediante preenchimento prévio pelos entrevistados da declaração de consentimento informado. Posteriormente, os dados foram categorizados, para subsequente análise e discussão. Após elaboração do guião da entrevista, foi efetuada a sua aplicação. O processo a seguir corresponde à fase de tratamento dos dados com recurso a análise de conteúdo temático-categorial. A análise qualitativa é efetuada com recurso ao software de apoio webQDA.

Os dados obtidos através das agências / organizações nacionais no que respeita aos estudantes angolanos a estudar em Portugal permitiram-nos constatar que o Estado angolano anualmente atribui bolsas de estudo a cidadãos angolanos para diversas universidades espalhada pelo mundo. Os dados do INAGBE a que tivemos acesso revelam que entre 2018 a 2022 partiram de Angola para formação no exterior 1.553 estudantes. Sendo que o mestrado alberga o maior número de estudantes enviados com 738 indivíduos, a seguir vem a licenciatura com 427 e, os restantes graus, doutoramento e especialização aparecem com 369 e 19 estudantes, respetivamente. No que toca ao género, os dados mostram que os estudantes de sexo feminino são os que mais beneficiam destas bolsas, contabilizando 1092 bolsas, e 461 bolsas para o sexo masculino.

Estes dados do INAGBE mostram ainda que entre julho 2014 a janeiro 2023 foram formados no exterior do país (Argélia, Brasil, Cuba, Marrocos, Polónia, Roménia Rússia e Servia) 758 estudantes em 4 níveis de formação, onde o mestrado apresenta-se como o nível de formação com mais estudantes com 424; de licenciatura 179, doutoramento 147 e 8 estudantes de especialização. Destes 758 estudantes formados no exterior, 536 são do sexo masculino e 222 são do sexo feminino.

Um outro documento do INAGBE (2022) mostra que no ano 2020-2021 foram enviados 997 estudantes para diferentes países, nomeadamente Portugal, que com 237 estudantes - 91 para doutoramento, 74 para mestrado, 70 para licenciatura e 2 bolsas para especialidades –, se destaca como um dos principais destinos destes estudantes, perdendo para Cuba que apresenta 263 bolsas estudo. Depois de Portugal o principal destino dos angolanos aparece Rússia e Hungria com 173 e 76 respetivamente. O gráfico nº 1 exibe detalhadamente o destino dos estudantes bolseiros.

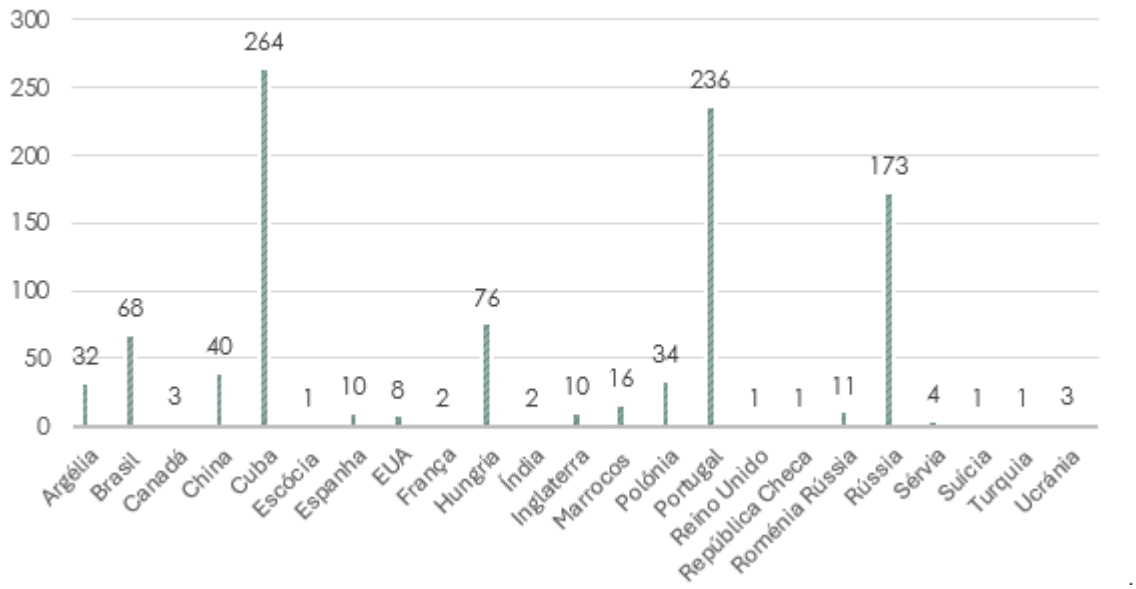
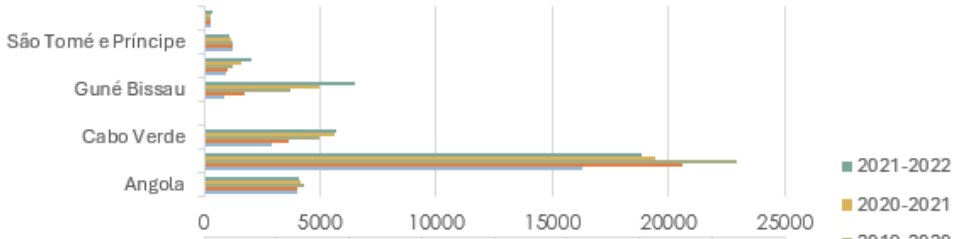


Gráfico nº 1: Destino dos estudantes bolseiros angolanos (2020-2021).

Os dados recolhidos da DGEEC indicam que desde 2017 a 2022 os estudantes estrangeiros correspondem a maior porção dos inscritos no ES português. Importa referir que os países da CPLP representam mais de 50% desses valores de inscrição. É possível observar no gráfico nº 2 que entre os países com mais representatividade no ES em Portugal se destacam o Brasil, Cabo-Verde, Angola e Guiné-Bissau. Este último país tem vindo alterar a tendência dos últimos anos, ou seja, no ano letivo 2020-2021 e 2021-2022 foi o terceiro país da CPLP com mais inscrições no sistema de ES português, ultrapassando Angola que tem sido a terceira nacionalidade com mais inscrições no ES em Portugal.

Portanto, os dados recolhidos da DGEEC mostram precisamente que o número de inscrições dos estudantes angolanos no ES português é muito elevado e tem aumentado apesar de ocorrer um pequeno abrandamento. No ano letivo 2017-2018 estavam inscritos no ES português 3.981 estudantes de nacionalidade angolana. Este valor aumentou nos anos letivos subsequentes, 2018-2019 (4036); 2019-2020 (4305); 2020-2021 (4156); 2021-2022 (4102).



	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné Equatorial	Guné Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste
2021-2022	4102	18859	5694	25	6478	2057	1100	340
2020-2021	4156	19413	5612	28	4978	1601	1154	280
2019-2020	4305	22961	4973	46	3705	1265	1220	254
2018-2019	4036	20627	3616	38	1725	1021	1219	292
2017-2018	3981	16281	2946	41	839	955	1267	317

Gráfico 2. Número de inscrições de estudantes nacionais dos países da CPLP (período entre 2017 e 2022).

O ano letivo 2019-2020 foi onde se verificou maior número de estudantes angolanos inscritos no ES em Portugal. Sendo que a licenciatura apresentava o valor de 2348 estudantes inscritos, mestrado (938); doutoramento (526); mestrado integrado (313); curso técnico superior profissional (91) e especialidade pós-licenciatura (44). Portanto, os dados recolhidos nesta categoria permitiram-nos saber que o grau de licenciatura, mestrado e doutoramento são os mais apetecíveis aos estudantes angolanos, conforme é possível observar no gráfico nº 3.

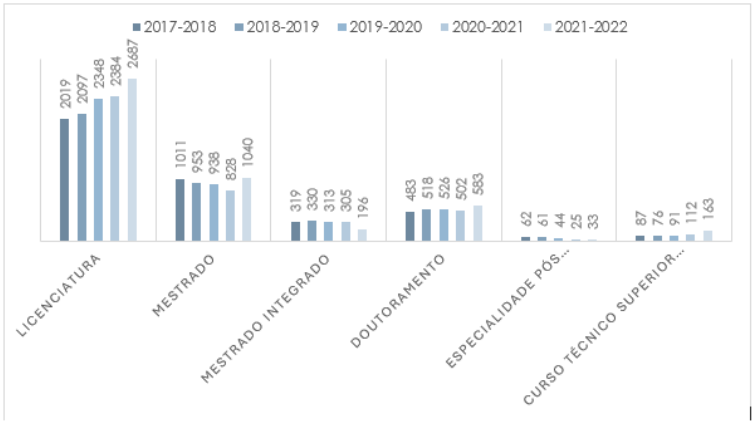
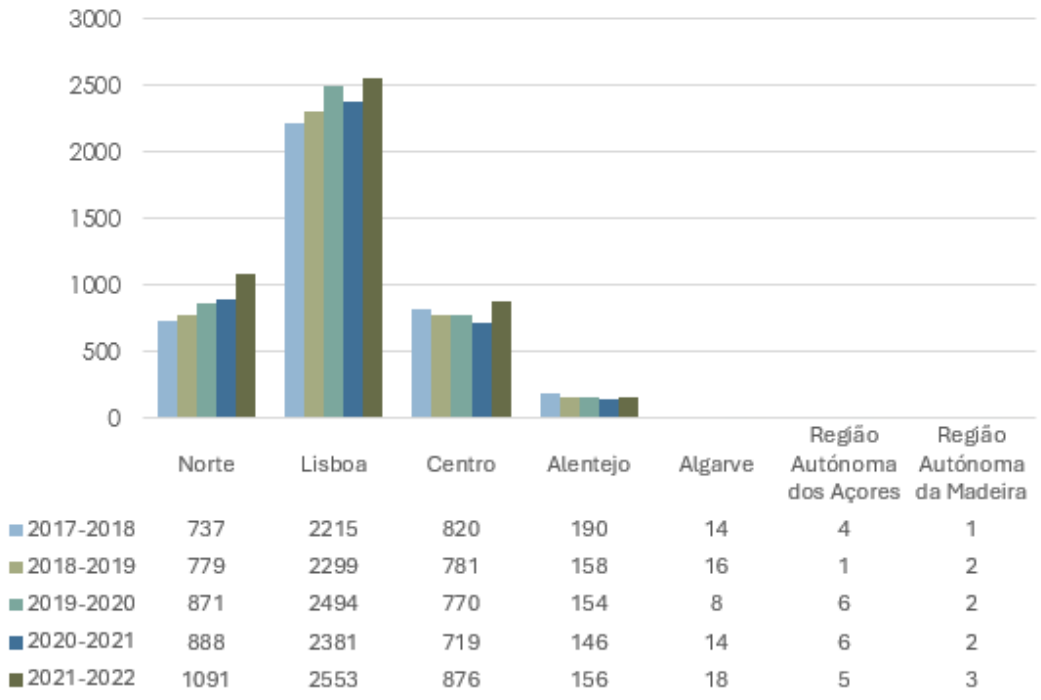


Gráfico 3. Estudantes angolanos no ES, segundo o nível de formação (2017-2022).

No que toca à distribuição dos estudantes angolanos em Portugal, a tendência se tem mantendo em comparação aos anos anteriores. No ano letivo 2020-2021, Lisboa apresentava 2.381 estudantes angolanos inscritos, Norte (888); Centro (719); Alentejo (146); Algarve (14); Região Autónoma dos Açores (6) e Região Autónoma da Madeira (2). No ano letivo 2021-2022, houve um aumento significativo do número de estudantes angolanos inscritos no Norte (1091). Mas este valor foi insuficiente para suplantar o número de estudantes inscritos em Lisboa (2.553). As restantes regiões, Centro, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, apresentaram os seguintes valores, (876), (156), (18), (5) e (3), respetivamente. Portanto, é possível observar no gráfico nº 4, a taxa de inscrição de estudantes angolanos no Norte de Portugal tem vindo a aumentar significativamente ao longo dos últimos anos.

Contudo, os dados da nossa pesquisa não confirmam esta tendência. Os estudantes da nossa amostra vivem e estudam maioritariamente no centro de Portugal (Aveiro, Coimbra e Covilhã) seguindo-se a região Norte, nomeadamente, Porto, Braga, Bragança e Vila Real. O aumento de estudantes nestas regiões deve-se a facto destas cidades serem calmas e possuírem um custo de vida mais baixo comparado com a região Sul, conforme é comprovado por um entrevistado quando refere que *"o principal motivo para escolher a Universidade de Aveiro deve-se à cidade. Eu reparei que é uma cidade muito calma, tranquila e eu não gosto de lugares com muita agitação, por isso, é que eu escolhi a cidade de Aveiro, também devido o custo de vida que é muito baixo comparando com outras cidades" (E3)*.



	Norte	Lisboa	Centro	Alentejo	Algarve	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma da Madeira
2017-2018	737	2215	820	190	14	4	1
2018-2019	779	2299	781	158	16	1	2
2019-2020	871	2494	770	154	8	6	2
2020-2021	888	2381	719	146	14	6	2
2021-2022	1091	2553	876	156	18	5	3

Gráfico 4. Estudantes angolanos no ES em Portugal, segundo as regiões de inscrições.

A semelhança do verificado em anos anteriores, observa-se (tabela 2) que mais de metade dos estudantes angolanos estava inscrito numa universidade pública no ano letivo 2021-2022. Sendo que dos 4.702 estudantes inscritos no ES português no ano letivo 2021-2022, 2.874 estão inscritos numa universidade pública, e 1827 encontravam-se inscritos numa universidade privada.

Tabela nº 2: Inscrições dos estudantes angolanos, segundo universidade pública e privada

Ano Letivo	Universidade Pública	Universidade Privada
2017-2018	2.261	1720
2018-2019	2.377	1659
2019-2020	2.406	1899
2020-2021	2.395	1761
2021-2022	2.874	1827
Total	**12 314**	**8 866**

3. Análise dos Resultados

Após a análise preliminar dos dados coletados, a nuvem de palavras da figura 1 permitiu identificar a recorrência de palavras mais usadas pelos entrevistados, como por exemplo: Angola, Portugal, universidade, formação, quadros, trabalho, políticas e ensino. Estas palavras surgem na sequência das categorias e subcategorias que foram predefinidas durante a leitura flutuante das entrevistas e do quadro teórico da pesquisa bibliográfica que foram materializadas para responder às perguntas e aos objetivos da pesquisa. A nuvem também demonstra a recorrência de aspetos inerentes que tem que ver com Angola e o ES em Portugal.



Figura 1: Nuvem de palavras mais proferida pelos entrevistados.

A análise de conteúdo categorial temática conforme referimos em cima, seguiu as diretrizes de Bardin (2009), permitiu identificar três categorias temáticas e as suas respetivas subcategorias.

Tabela nº 3: Grelha das categorias e respetivas subcategorias.

Categoria	Subcategoria	Quantidade de relatos	Exemplo de relato
Motivações da escolha de Portugal para formação	Qualidade de ensino	23	*"A qualidade de ensino universitário em Angola é muito debilitada, tanto que o presidente da República já tinha admitido que o nosso ensino não tem qualidade, então para quem já frequentou o ensino universitário numa das universidades com maior qualidade de ensino não aceitaria voltar mais para atrás, voltar num sítio onde não há qualidade" (E5).*
	Relações históricas entre os dois países	9	*"Um dos fatores foi relações históricas entre Angola e Portugal. Fomos uma colonia portuguesa e bebemos muito da cultura portuguesa, temos Portugal como um país de eleição..." (E14).*
	Questões linguísticas	20	*"Escolhi Portugal simplesmente pela língua. Fica mais fácil a locução com os colegas e professores..." (E16).*
	Internacionalização do ensino	9	*"Uma das razões que me levou a dar continuidade aos meus estudos fora do país... é a necessidade de absorver maior conhecimento possível e uma experiência académica internacional fora do país para depois puder levar estas experiências em Angola" (E10).*
	Custo de vida	3	*"O custo de vida em Portugal é baixo em comparação com os países que eu tinha em carteira e isso me facilitaria fazer alguma poupança..." (E46).*
	Integração académica	21	*"A principal dificuldade que tive no início foi mesmo para dominar as plataformas da instituição, onde se depositavam os conteúdos, eu perdia muita informação porque não sabia exatamente como manusear" (E39).*
Processo de integração	Aspetos positivos:	22	*"Tenho amigos e, isso tornou as coisas mais fáceis, porque tinha com quem interagir, facilitou a integração. Tão logo cheguei eles orientaram-me...." (E18).*
	Apoio familiar e comunitário	12	*"Estou aqui a partir de uma Bolsa de estudo do governo de Angola" (E8).*
	Apoio financeiro	14	*"Tendo em conta que nós somos africanos de cor negra, e muitas vezes quando frequento alguns locais enfrento estas dificuldades de integração social, mesmo a pessoa estando bem apresentada, em alguns lugares é ainda assim mal vista, porque o próprio tom de pele condena. Portanto é preciso muita força... (E5).*
	Aspetos negativos:		
	Discriminação;		*"A caracterização de família é diferente daquilo que é habitual em África" ... (E1).*
	Disparidade cultural	9	
	Fuga de cérebros	24	*"Não faz sentido eu voltar, é mais prático continuar aqui onde eu tenho garantias de emprego, tenho garantia de melhores condições de saúde, de vida, tenho garantias de segurança..." (E2).*
Perspetiva pós-formação dos estudantes angolanos de Pós-graduação	Razões que levam a permanência em Portugal:		
	Desvalorização dos quadros;	10	*"A questão é que o país aposta na formação dos seus quadros e acabam não valorizando os próprios quadros, isto é que provoca a fuga destes quadros" (E5).*
	Ausência de enquadramento profissional;	20	*"Há muitos licenciados em Angola desempregados, têm formação. Quando tu terminas em Angola, você só vê duas coisas, se o teu pai não tem dinheiro vais ser professor. Portanto, isto não estimula o estudante a voltar" (E16).*
	Instabilidade socioeconómica e política	16	*"Os salários são baixos, os incentivos são baixíssimos e depois há uma série de elementos aparentemente periféricos, mas que são muito importantes. E a componente segurança, a não funcionalidade dos tribunais e para quem já está há muitos anos fora de Angola, tem dificuldades de se integrar neste mal funcionamento das instituições..." (E3).*

A categoria "motivações da escolha de Portugal para formação" informa que a decisão da escolha deste país prende-se com as relações históricas entre os dois países (Angola-Portugal), questões linguísticas, internacionalização do ensino, custo de vida e essencialmente qualidade de ensino das IES portuguesas. Esta categoria está em linha com ao que foi identificado por França e Beatriz (2017) e Riaño et al. (2018), ou seja, Portugal incentivou a migração de um grande número de estudantes das suas ex-colónias – com o objetivo de manter a sua influência sobre estes países. Logo, motivos como falarem a mesma língua, possuírem uma cultura relativamente semelhante e partilharem uma história, foram utilizadas para fortificar uma diáspora lusófona. No entanto, esta foi obrigada a transformar-se e a mudar devido a adesão de Portugal à União Europeia que pôs novas e diferentes pressões sobre a forma de ensino e de migração e instituiu modalidades de cooperação bilateral mais estruturadas. A questão da qualidade de ensino foi referido várias vezes pelos entrevistados, este elemento vai de encontro a ideia de França e Padilla (2017), quando referem que os essenciais motivos que estimulam a mobilidade de estudante para um outro país prendem-se com a oportunidade de ampliar os seus horizontes culturais e intelectuais, o abandono das universidades de origem que detêm laboratórios insuficientes e que, como resultado os obstruem ao desenvolvimento de excelentes programa académicos (França & Pedilla, 2017).

A categoria de "processo de integração" inerente aos estudantes de pós-graduação angolanos é composta de elementos como, integração académica, aspetos positivos (apoio familiar e comunitário e apoio financeiro) e aspetos negativos (discriminação e disparidade cultural). A integração, boa ou má é um elemento fundamental no momento de decisão dos estudantes em permanecer no país de acolhimento ou regressar no país de origem. O processo de integração dos estudantes angolanos é marcado por várias dificuldades começando com a complexidade de integração académica (como por exemplo, dificuldade em usar as plataformas digitais das universidades), o clima, a discriminação, conforme refere Connor (2018), o processo migratório e a mobilidade internacional de estudante é acompanhada de problemas de integração – desigualdades económicas, racismo, xenofobia, clima e a questão das minorias.

Por fim, a categoria dedicada à "Perspetiva pós-formação dos estudantes angolanos de Pós-graduação", apresenta como subcategoria a fuga de cérebros, e aponta como razões que levam a permanência de estudantes em Portugal, as seguintes possibilidades: desvalorização dos quadros; ausência de enquadramento profissional; instabilidade socioeconómica e política. Os resultados preliminares deste trabalho confirmam que há fuga de cérebros em Angola. Tal como foi dito por Ladislau (2019) e Januário (2007), esta permanência de angolanos em Portugal está associada a questões sociais, económicas e políticas de Angola.

Portanto, de acordos com os dados das entrevistas que obtivemos, as perspetivas de regressos são escassas, são poucos estudantes que tencionam retornar para Angola, para viver ou constituir a sua família. Os estudantes que pensam regressar a Angola são aqueles que têm emprego ou proposta de emprego. Mas importa referir que há estudantes que possuem emprego e família (mulher e filhos) que também não tencionam regressar para Angola, pretendem organizar-se em Portugal e depois ir a Angola buscar a família para regressar a Portugal.

Um dos entrevistados referiu que *"pretendo regressar, mas a questão da própria segurança, saúde e educação pode influenciar para o meu não regresso de imediato. Mas isso tudo vai depender de como vai ser o término da formação. Mas as chances de não regressar são muitas..." (E17)*. Um outro entrevistado relata que *"o futuro é incerto... o meu regresso ou permanência vai depender das oportunidades, se tiver uma boa oferta laboral em Portugal, eu fico. Você sabe qual é a realidade que Angola atravessa. Entre os estudantes angolanos há muitas conversas e, são poucos estudantes que pretendem regressar para Angola (...) a cada cinco estudantes um quer regressar e os outros quatro não tem intenção de regressar" (E2)*. Os motivos do não regresso para Angola relacionam-se com a desvalorização dos quadros, ausência de emprego ou fracas condições de trabalho, custo de vida muito elevado, insegurança nas ruas, ou seja, o aumento dos assaltos à mão armada, corrupção, sistema de saúde e educação precários.

Relativo a preferência dos estudantes angolanos pelas IES públicas ou privadas, os relatos dos entrevistados alinham-se com os dados que tivemos acesso da DGEEC-DSEE, ou seja, das 52 entrevistas efetuadas, apenas 3 estudantes estudam numa universidade privada e os restantes 49 frequentam uma universidade pública. Esta preferência esta associada ao valor das propinas que é mais elevada numa universidade privada e, principalmente pela qualidade de ensino que é evidenciada pelas universidades públicas. A maioria dos estudantes, no momento da procura da IES, baseou as suas escolhas fundamentalmente na posição em que se encontrava a universidade, uma minoria pesou a sua localização ou a cidade, ou até, se se tratava de uma cidade calma. Um dos entrevistados refere mesmo que "*olhei para as universidades portuguesas que estavam dentro do ranking das 600 melhores do mundo, depois disso olhei a localização, eu já sabia como era a vivência em Lisboa, os preços e tudo mais, então, foi a primeira coisa que descartei (...) sou de Luanda e nunca gostei daquela correria das capitais" (E1)*.

4. Considerações finais

Os resultados preliminares deste trabalho que surge do desenvolvimento da tese de doutoramento (ainda a decorrer) leva-nos a afirmar que há fuga de cérebros em Angola para Portugal. Muitos destes estudantes de mestrado e doutoramento possuem trabalhos (de topo) e família em Angola, mas ainda assim preferem reconstruir as suas vidas em Portugal. Importa referir que neste estudo, deparamo-nos com professores de vários níveis de ensino de Angola incluindo professores universitários, jornalistas, médicos, políticos, advogados, empresários, diretores de alguns ministérios de Angola. Estes cidadãos estão e estavam bem posicionados em Angola, ainda assim, muito deles pretendem permanecer em Portugal devida as péssimas condições de vida que se vive em Angola. Estas pessoas perderam confiança nas instituições e políticos angolanos.

Portanto, também é objetivo desta pesquisa fornecer informações baseadas na evidência para o apoio à tomada de decisão política.

Queremos com esta investigação chamar a atenção aos atores políticos angolanos para formularem políticas baseadas em conhecimentos científicos, que tomem as suas decisões com base em investigação e dados científicos recolhidos e trabalhados por investigadores.

Apesar da importância que o circunda e do impacte que tem, este fenómeno de mobilidade e fuga de quadros altamente educados angolanos, não é ainda objeto de atenção por parte de vários atores sociais e políticos que integram a sociedade angolana, nomeadamente investigadores nacionais e instituições do Estado. Porém, este facto resulta da escassez de dados estatísticos e de investigação relativa a este fenómeno.

Esta pesquisa apresentou-nos diversos desafios, sendo o principal foi o acesso a informações/dados de estudantes angolanos no exterior, particularmente em Portugal. Portanto, esta dualidade deu-nos pistas para o trabalho futuro, nomeadamente com os estudantes bolseiros do estado angolano, pois fica a ideia de que o Estado angolano não sabe onde estão os seus antigos bolseiros. Portanto, o estudo terá como o objetivo identificar onde estão os antigos bolseiros e o que fazem profissionalmente.

5. Referências

Araújo, E., Margarida, F., & Bento, S. (eds.) (2013). Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Universidade do Minho. Ebook disponível no LASICS: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/120/showToc

Bardin, L. (2009). Content analysis. Issues 70, 1979. ISBN: 8562938041

Breinbauer, A. (2007). Brain Drain - Brain Circulation or ... What Else Happens or Should Happen to the Brains: Some Aspects of Qualified Person Mobility/Migration. FIW - Working Papers, (4), 33.

Connor, S. O. (2018). Problematising strategic internationalisation : tensions and conflicts between international student recruitment and integration policy in Ireland, 16, 339–352. https://doi.org/10.1080/14767724.2017.1413979

França, T., & Padilla, B. (2017). Transnational scientific mobility. Perspectives from the North and the South.

Januário, J. (2007). Análise do Potencial de Retorno dos Quadros Qualificados Angolanos em Portugal - os exporseiros pós-independência. Universidade de Lisboa. Retrieved from http://hdl.handle.net/10400.5/16211

Ladislau, E. B. (2019). Impacte da “fuga de cérebros” no desenvolvimento de Angola - Um estudo sobre a experência e as motivações de emigrantes angolanos. Universidade do Minho. Retrieved from http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/66576/1/Emílio Baptista Ladislau.pdf

Peixoto, J. (1999). Mobilidade Internacional dos Quadros. Oeiras: Celta Editora.

Salt, J. (1997). International Movements of The Highly Skilled. Retrieved from http://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-science-technology-and-innovation-outlook 2016/international-mobility-of-highly-skilled_sti_in_outlook-2016-17-en

Emílio Ladislau
CIPES - Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior;
Universidade de Aveiro, Portugal
https://orcid.org/0000-0003-4478-4110
✉ ladislau.e@ua.pt

Sara Diogo
CIPES - Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior;
Universidade de Aveiro, Portugal
https://orcid.org/0000-0001-7212-8626
✉ sara.diogo@ua.pt

Teresa Carvalho
CIPES - Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior;
Universidade de Aveiro, Portugal
https://orcid.org/0000-0002-3368-3990
✉ teresa.carvalho@ua.pt